

ATA DA 009ª SESSÃO ESPECIAL DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2020
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Senhoras Deputadas, Senhores Deputados! A presente sessão especial foi convocada através de requerimento do sr. Deputado Bruno Souza, e aprovada pelos demais Parlamentares, é destinada a ouvir o Senhor Secretário de Estado da Educação, Natalino Uggioni, para prestar esclarecimentos sobre questões atinentes aos anos letivos de 2020 e 2021, em tempos de pandemia.

A Presidência passa o comando dos trabalhos da presente sessão especial ao autor do requerimento, o eminente Deputado Bruno Souza.

O SR. DEPUTADO BRUNO SOUZA (Presidente) - Boa tarde a todos! Muito obrigado Presidente, eu agradeço a oportunidade de conversarmos sobre o assunto, é importante esclarecer algumas dúvidas com o Secretário da Educação sobre o que ocorreu no corrente ano, e saber qual a programação para o ano consecutivo.

Desta forma, a presente sessão seguirá a seguinte metodologia. O senhor Secretário de Estado da Educação fará, inicialmente, exposição dos objetivos de sua convocação, o prazo seria de 20 minutos, mas peço ao Secretário que tente reduzir para 15 minutos, porque temos apenas o tempo até às 15h, para que a Casa possa continuar os seus trâmites normais.

Respondendo, a seguir, as interpelações dos srs. Líderes de bancada e/ou o Deputado por eles indicado. Encerrando a exposição do senhor Secretário, os senhores Líderes formularão perguntas, não podendo cada um exceder o tempo de três minutos. A cada três perguntas formuladas, o senhor Secretário terá o prazo de até cinco minutos para responder. Dessa forma, para que nós possamos proceder com os trabalhos da tarde, eu passo de imediato a palavra ao senhor Secretário

de Estado da Educação, Natalino Uggioni, por até 15 minutos, se for necessário estendemos por mais cinco minutos.

O SR. NATALINO UGGIONI (Secretário de Estado da Educação) – Boa tarde ao Deputado Julio Garcia, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; ao Deputado Bruno Souza, que apontou o requerimento para essa audiência, e em seu nome eu cumprimento a todos os Deputados e Deputadas estaduais, e também a todos que acompanham esta audiência.

Então, já indo diretamente para as explicações iniciais, Deputado Bruno Souza, vou procurar me ater aos 15 minutos.

O primeiro ponto é comunicar sobre o planejamento do ano letivo de 2021. Em relação a isso, o calendário já está definido, e a rede estadual iniciará as atividades nas escolas, com os alunos, no dia 18 de fevereiro de 2021. E vamos ter uma semana de discussão pedagógica, de planejamento, de organização dos professores em todas as escolas, no período de 03 a 12 de fevereiro, e esse período tem o objetivo de assegurar o planejamento docente coletivo daquilo que o próprio Parecer do Conselho Nacional de Educação chama de *Continuum Curricular* 2020-2021. Isso é importante para que os professores possam alinhar a necessária recapitulação de todo conteúdo que foi trabalhado durante este ano de 2020 ao conteúdo que será trabalhado em 2021, de modo que possamos garantir a melhor assimilação dos conteúdos por parte dos estudantes.

Com relação ao retorno das atividades escolares presenciais em 2021, o nosso planejamento está definido, e está sendo realizado no formato em que cada escola deve ter o seu plano de contingência elaborado conforme o regramento e as diretrizes estabelecidas, ou pela Secretaria da Educação, ou em conjunto com a Secretaria da Saúde e, também, com a Defesa Civil, e, claro, esses planos de contingência das escolas devidamente homologados pelos Comitês Municipais de Gerenciamento da Covid-19.

O planejamento para o retorno às atividades vai depender da capacidade de cada escola, de acordo com as regras sanitárias, em especial o ponto do distanciamento social de cada estudante, de cada profissional da educação, mas principalmente dos estudantes em sala de aula, e também mantendo a vinculação com a matriz de avaliação do risco potencial da Covid-19 no Estado de Santa Catarina.

Para as escolas da rede estadual que tiverem espaço físico suficiente, adequado para o cumprimento deste regramento, o retorno às atividades, então, vai ocorrer de forma a contemplar todos os estudantes. Se ela tem condições de cumprir este regramento, retorna com a totalidade dos estudantes, seguindo todo o regramento de segurança, e não apenas o distanciamento.

Então, a escola funcionará de modo normal, e as turmas organizadas, seguindo todo o regramento que a própria escola também definiu no seu plano de contingência. No caso de nós termos uma matriz gravíssima, isso está no decreto do Governo, que foi publicado ontem, então o funcionamento se limitará em até 50% das matrículas por turno de funcionamento. Esse é um ponto importante, porque dessa forma a escola pode se organizar melhor, com mais precisão a sua gestão na retomada das atividades, no caso da região estar no nível gravíssimo. *[Transcrição: Taquígrafa Ana Maria]*

O núcleo de atendimento não presencial continuará realizando as atividades para os estudantes que integram o grupo de risco, porque eles deverão ser tratados com a devida atenção e ficam então liberados para continuarem participando das atividades não presenciais. Esses estudantes serão atendidos pelo nosso atendimento remoto.

Nós temos números, e isso é muito importante. Nós temos tomado as decisões e feito planejamento com base nos números. E nós temos, hoje, um levantamento de, em números redondos, 28 mil estudantes que, dos nossos, também números redondos, 520 mil, 28 mil deles fazem parte do

grupo de risco. Nós vamos solicitar essa comprovação por parte das nossas equipes e eles serão tratados com esse viés de atendimento não presencial. Da mesma forma, nós temos a informação que, do nosso quadro de professores, nove mil deles fazem parte do grupo de risco. Então, os professores e os alunos do grupo de risco continuarão participando de atividades não presenciais.

Para aquelas escolas que não tiverem espaço suficiente para retomar as atividades com a totalidade dos seus estudantes, nós organizamos a retomada com regime de alternância. Então, nós vamos convidar para vir para a escola os alunos, de forma que possamos atender todos, só que de forma alternada. Uma parte dos estudantes virá num período e a outra parte dos estudantes virá no outro período, e muito provavelmente nós organizaremos isso por semanas, até para darmos conta da necessidade de profissionais, professores para essas atividades.

O núcleo de atendimento não presencial continua provendo as atividades não presenciais para os estudantes dessas escolas que, comprovadamente, fazem parte do grupo de risco. Então, estudantes e professores do grupo de risco, independentemente da escola ter a capacidade ou não, continuam participando de atividades não presenciais.

O retorno às atividades presenciais, nessas escolas que têm mais estudantes do que a capacidade de seguir o regramento de um metro e meio de distância será feita de forma alternada, de modo que cada um dos grupos estará presente na unidade escolar em semanas alternadas.

Então, nós organizamos essa retomada considerando os termos do tempo escola e tempo casa. Tempo escola, será esse atendimento presencial nas unidades escolares, e o tempo casa é quando os alunos estiverem em suas residências, participando das atividades não presenciais, que continuará sendo apresentada a todos eles, o que se configura como uma oportunidade a mais de fixação da aprendizagem, que eles terão na sala de

aula. E essa alternância vai acontecendo, de modo que, na semana subsequente vem a outra turma, e assim vamos trazer para a escola, ainda que de forma alternada, a totalidade dos estudantes.

Esse atendimento não presencial, claro está, poderá ser realizado com ou sem a mediação de tecnologia digital da informação, como a gente vem fazendo até agora. As nossas equipes já foram orientadas para criarem dinâmicas metodológicas de forma que nós mantenhamos o interesse dos alunos na escola. Esse é um ponto importante, deixá-los motivados para que continuemos fazendo com que eles assimilem o conteúdo e queiram continuar em contato com a escola na sua vivência, no âmbito da escola.

Em relação a isso, também, Deputado Bruno Souza, eu apresento aqui em primeira mão uma informação de que o Estado está finalizando a contratação de *internet* patrocinada para todos os nossos alunos e todos os nossos professores. Nós nos debruçamos sobre esse processo, a nossa equipe trabalhou arduamente durante alguns meses. Buscamos referência de outros Estados e nós estamos, nesse momento, ultimando o processo de contratação para provermos aos estudantes, na retomada do ano letivo, o acesso à *internet*, tanto para os estudantes como para os professores, patrocinado pelo Estado, portanto, porque entendemos que é um recurso que vai nos ajudar no desafio de levar o conteúdo aos estudantes e primando pela qualidade do processo de educação, do processo de aprendizagem. Nós temos um valor estimado de 900 mil mensais que o Estado aportará nessa iniciativa, que consideramos bastante valiosa para que possamos dar conta da responsabilidade para com o ano letivo de 2021.

Em relação à avaliação da aprendizagem, que é outro tópico que o senhor apontou no seu requerimento, Deputado Bruno, nós já orientamos toda a rede dos nossos professores, repassamos isso já para todos os professores do Estado, de modo que a avaliação que eles estão realizando nesse período considere o ponto de vista do estudante, que ele possa demonstrar que assimilou

o conteúdo mínimo necessário para sua trajetória. Nós emitimos uma portaria normativa no dia 7 de dezembro, eu tenho aqui alguns artigos dela, mas depois se tiver tempo e necessidade, Deputado Bruno Souza, eu posso ler, até para não tomar o tempo, mas também ela está disponível.

Mas, em resumo, a definição é: não avançam no fluxo de aprendizagem os alunos que não desenvolveram nenhuma atividade em todas as séries escolares, mais os alunos do 5º, do 9º ano do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio, e também do 3ª, 4ª e 5ª série do Magistério que não atingiram a média mínima da nota 6. A recomendação aos professores é que eles não avancem, porque vão encontrar dificuldades no ano seguinte. *[Transcrição: Taquígrafa Sílvia]*

E avançam no fluxo, então, os alunos que obtiveram êxito no processo de aprendizagem, independentemente do ano ou série escolar. Aqueles alunos que os nossos professores entenderem que necessitarão de apoio na aprendizagem, isso estará devidamente registrado no conselho de classe, e nós vamos prover a eles apoio pedagógico no contraturno, no ano de 2021.

Em relação ao dimensionamento do prejuízo causado, avaliação, levantamento das dificuldades que nós tivemos, nós temos também estes números, sim, nós temos o retorno dos nossos estudantes. Em geral, 206.717 estudantes tiveram a aprendizagem satisfatória, são dados que nós temos até agora, mas ainda precisamos fechar com o segundo ciclo de avaliação semestral, eu lembro aos senhores, nós organizamos avaliação semestral.

Nós tivemos 55.560 alunos que tiveram avanços, mas com dificuldades de aprendizagem, realizaram todas as atividades ou parte delas. Nós tivemos 62.700 alunos que apresentaram dificuldades de aprendizagem, realizaram as tarefas, mas tiveram dificuldades de aprendizagem. E nós tivemos 61.335 alunos que não realizaram as atividades, embora nós tivéssemos feito um trabalho intenso de busca ativa, conseguimos trazer vários estudantes às atividades, mas não conseguimos atingir a totalidade deles, pelas dificuldades que se possa

imaginar aí, principalmente, para aqueles estudantes que não têm acesso à *internet*. Quando nós mapeamos aqueles que precisariam de apoio pedagógico, um grande número deles são aqueles que não têm acesso à *internet*, daí veio a iniciativa de nós provermos a *internet* patrocinada, não só para aqueles, mas também para todos.

Em relação aos alunos que não obtiveram frequência, então, está nessa portaria, como eu falei acima, e resumidamente trouxe os pontos daqueles que avançam e aqueles que não avançam, a recomendação que fizemos aos professores.

Em relação ao planejamento para atividades de reforço, ou férias escolares, então nós também já falamos da necessidade de reforço pedagógico, os nossos professores vão apontar aqueles alunos que avançam, mas que precisarão desse apoio, e isso será realizado nas nossas escolas.

Então, em relação ao período de férias, evidentemente que nós estamos considerando o cumprimento do ano letivo, nos termos definidos na portaria do Mec, na nossa resolução do Conselho Estadual de Educação, e vamos, claro, conferir férias aos professores, e organizamos a retomada às atividades, no ano de 2021, no dia 18 de fevereiro, como eu citei.

Deputado Bruno Souza, eu acho que esgotei aqui, de forma bastante rápida e resumida, os pontos que haviam sido colocados, um pouquinho abaixo do tempo que o senhor me concedeu e, evidentemente, fico à disposição para todas as dúvidas e apontamentos que se fizerem necessários aqui. Devolvo-lhe a palavra, então.

O SR. DEPUTADO BRUNO SOUZA (Presidente)- Muito obrigado, secretário!

A ordem a seguir, eu vou fazer o uso da palavra após os meus colegas, e quero saber se algum líder, algum partido quer fazer o uso da palavra.

Eu tenho aqui as inscrições do MDB. Então o PSD, a Deputada Marlene Fengler fará uso da palavra por até três minutos.

A SRA. DEPUTADA MARLENE FENGLER - Boa tarde, senhor Secretário, colegas Deputados! Eu queria

fazer uma pergunta, na verdade, acho que a explanação do Secretário foi bem clara, mas tenho uma dúvida.

Eu gostaria de saber como é que o Estado vai proceder, é que na verdade a competência é dos municípios, mas se ele vai dar algum tipo de suporte, algum tipo de apoio para os municípios, na questão do ensino infantil, já que nós temos um levantamento de que, das 800 escolas em funcionamento no Estado, 200 já fecharam suas portas. O que significa que nós teremos um problema, no ano que vem, muito grande, são em torno de 17 mil alunos que não terão creches para frequentar, porque os municípios não vão ter espaço, os municípios não vão ter condições de atender essa demanda. Então, eu gostaria de saber se o Governo do Estado tem algum tipo, já, de projeto ou plano para ajudar os municípios, ou então essas escolas, pois nós vamos ter inúmeras famílias, centenas, milhares de famílias que não vão ter onde deixar suas crianças.

A minha pergunta é nesse sentido: como é que o Estado pensa em apoiar os municípios, ou encontrar uma solução conjunta para esse problema que, certamente, é dos municípios, vai ser dos municípios, mas que o Estado, eu acredito, vai ter que ajudar, porque senão vai ser um problema muito sério, que eu realmente, hoje, não consigo vislumbrar uma solução.

O SR. DEPUTADO BRUNO SOUZA (Presidente) - Eu vou retornar a palavra ao Secretário porque vejo que temos poucas inscrições, então o Secretário pode responder cada pergunta pontualmente.

O SR. NATALINO UGGIONI (Secretário de Estado da Educação) - Muito obrigado, Deputada Marlene, por sua pergunta e contribuição ao debate. Bom, vamos lembrar que a responsabilidade pela educação infantil é dos municípios, e no Estado é atendida então pelos municípios e pela rede privada.
[Transcrição: Taquígrafa Eliana]

De fato, é um assunto que a senhora traz, que até o momento não foi trazido até nós, pelo menos não na Secretaria da Educação, nem pela Fecam e nem pela Undime, que são os Secretários Municipais

de Educação, essa demanda, não é?! Evidentemente que o Estado tem apoiado os municípios. Nós temos atendido alguns pleitos de prefeitos. Nós temos, inclusive, emendas impositivas das senhoras e dos senhores Deputados, que nos permitem apoiar as demandas dos municípios, mas, especificamente, deputado Bruno Souza, em relação a esse ponto que a Deputada Marlene Fengler aponta, não nos foi trazido, até o momento, o assunto para que nós discutíssemos no âmbito do Governo. Mas relembro que a responsabilidade pelo atendimento à educação infantil é dos municípios. É isso Deputado!

O SR. DEPUTADO BRUNO SOUZA (Presidente)-
Perfeito. Mais alguém do PSD? A Bancada do PT?

Com a palavra, a Deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o Secretário e cumprimentar a todos os Deputados e Deputadas.

Primeiro, lamentar a votação do Fundeb, Secretário. Perdemos 15 bilhões na Câmara Federal, 15 bilhões que iriam para 99% dos alunos da escola pública, e não para 1%. Lamentar isso, porque a educação pública merece e precisa de mais investimentos.

Mas eu analisei a portaria que foi publicada pelo Governo do Estado. Essa Portaria n. 1003, de 2021, ela trata do regime de alternância, que vossa excelência mencionou. Gostaria de fazer a primeira pergunta com relação a essa alternância, sendo bem prática aqui como educadora.

Eu tenho uma turma do 9º ano. Eu estou dando aula, se considerar a medida de um metro e meio de distanciamento, eu tenho 30% dos alunos ou 50% dos alunos, de acordo com a possibilidade de um metro e meio, na sala de aula, o restante dos alunos em casa. Eu temo se, de fato, os professores, eles terão que trabalhar o mesmo conteúdo, eu imagino, presencial, num outro momento, com videoconferência, porque sinceramente acho muito difícil que a gente consiga ter essa rede funcionando em todas as escolas já em fevereiro. Mas é apenas um questionamento, aqui, como educadora, como que se dá essa alternância.

Em segundo lugar, também trazer aqui a preocupação com o reforço escolar. Esse ano o Estado já implementou, poucos alunos aderiram, nós temos uma preocupação com a alfabetização, com o 5º para o 6º ano, com o 9º ano e com o 3º do Ensino Médio, se o Estado tem a estrutura suficiente para garantir esse reforço escolar que, na minha avaliação, é extremamente necessário o ano que vem.

Outra questão que eu trago aqui, eu acompanhei durante todo ano, e eu e o Deputado Vicente Caropreso participamos, representando a Alesc, da discussão das diretrizes para o retorno seguro às aulas, com cinco grupos de trabalho, produzimos bem essas diretrizes, envolvendo todas as redes de ensino público e privada, e agora nós estamos na fase de construção dos PlanCon, que são os Planos de Contingência, cada escola tem que ter o seu, olhando pra sua realidade. A pergunta que eu faço é, em que nível estão esses PlanCon, se eles já estão aprovados pelos comitês municipais, se eles ainda estão em elaboração, porque aqui traz a realidade e as condições de cada instituição de ensino.

E além dos planos de contingência Secretário, como é que nós vamos dar conta daquelas escolas que nós conhecemos muito bem, escolas extremamente precárias, que os próprios alunos, vindo de famílias mais pobres, não terão máscaras suficientes para trocar todo dia, não terão álcool gel na bolsa, não terão como levar alimentação, como é que a gente dá conta dessa realidade? Obrigada!

O SR. DEPUTADO BRUNO SOUZA (Presidente) - Passo a palavra ao Secretário.

O SR. NATALINO UGGIONI (Secretário de Estado da Educação) - Obrigado, Deputada Luciane Carminatti! A senhora trouxe, aqui, vários pontos importantes, todos importantes para o debate, começando pelo Fundeb, que a senhora bem mencionou, mas hoje tem a votação no Senado. Então, ninguém está questionando a relevância do investimento na formação profissional dos nossos jovens, aliás, com uma bandeira que nós

defendemos, mas daí a nós usarmos recursos da educação pública é que é o fator complicador, e esse é um ponto realmente que chama bastante atenção.

A Deputada falou na portaria, aliás, não foi uma portaria, ontem, foi publicado um Decreto n. 1003, que foi um decreto do Governo do Estado, e hoje, muito provavelmente hoje, da parte da Educação e da Saúde já está finalizada a redação. Então, muito provavelmente hoje deva ser publicada uma portaria, e aí, sim, ela vem, deputado Bruno Souza, complementando aquelas informações que estão no decreto, de forma um pouco mais detalhada, trazendo esclarecimentos a muitas outras dúvidas, certamente que ainda pairam em termos de execução nas escolas, e algumas delas, inclusive, apresentadas pela Deputada Luciane Carminatti. *[Transcrição: Taquígrafa Elzamar]*

Então, essa portaria que vem na sequência, ela é conjunta da Secretaria da Saúde, da Defesa Civil e da Secretaria da Educação, e certamente é um documento mais denso que vai trazer todos esses esclarecimentos, inclusive, em relação a esse regime de alternância, que nós apontamos e a Deputada Luciane pediu para reforçarmos.

Exatamente isto, é particularmente aí, sendo bem sincero, eu não sou muito partidário, a não ser partidário, inclusive, de aplicar o percentual, porque o percentual, ele pode ser bom, mas ele pode ser ruim, se escola não tiver, por exemplo, um grande número de alunos. Mas se ela tiver um número de alunos, de modo que ela consiga realizar as atividades mantendo o distanciamento de um metro e meio, então ela pode até trazer um percentual maior ou, senão, até a totalidade dos seus estudantes, mas enfim.

No caso de uma escola que precisará, para dar conta desse distanciamento entre os estudantes, dividir a turma em dois grupos, é isso mesmo. Então, o primeiro grupo vem uma semana, participa das atividades na sala de aula, e o outro grupo, nesse período, fica participando das atividades não presenciais.

Esse mesmo conteúdo, nós estamos já em processo, também, para adquirir os equipamentos, não podemos garantir que vamos conseguir, pelo prazo. As empresas de tecnologia estão nos pedindo mais prazo para entregar os produtos que nós já solicitamos e autorizamos fornecimento, por conta da falta de insumos em decorrência da pandemia. Mas, enfim, nós estamos trabalhando até para prover esses equipamentos, que permitam ao professor uma facilidade, que ele possa gravar a sua aula na escola e depois replicar para que aqueles que não estão indo na escola naquela semana. A *internet* patrocinada não é na escola, na verdade é para o estudante acessar a *internet*, independente se está na escola ou não, os professores também.

O reforço escolar, estamos trabalhando nesse reforço, principalmente com os alunos da alfabetização, já anunciamos isso também, e já foi passada para a nossa rede toda.

Por fim, (inaudível) diretrizes (inaudível) está em curso, todos os municípios já foram capacitados, todas as equipes já receberam a formação, e agora, claro, a gente deixa de olhar o Estado como um todo, passa a olhar o município e a escola, a escola precisa elaborar o seu Plano de Contingência. A Escola elabora o seu Plano de Contingência, o município tem o seu comitê, agora, esse Plano de Contingência, e inclusive, nesse regramento, estamos dando um prazo para que isso seja cumprido, para que todos cumpram as regras de segurança. Era isso, Deputado.

O SR. DEPUTADO BRUNO SOUZA (Presidente) - Obrigado!

Mais algum Deputado, mais alguma bancada quer fazer uso da palavra?

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, vou aproveitar e fazer a minha manifestação e o meu questionamento.

Já pegando um gancho com o que o Secretário falou, em relação aos planos de contingência, o senhor falou que existe um prazo, eu não eu não compreendi muito bem o que o senhor quis dizer com

isso, se é um prazo para as escolas apresentarem ou para a homologação.

Eu digo isso porque, na primeira versão que os senhores fizeram do decreto publicado no dia de ontem, existia um prazo de até 10 dias para homologação pelos comitês, o que me parecia muito salutar, uma vez que havia dezenas, centenas de reclamações sobre a demora para essa homologação por parte dos comitês. Os senhores, na versão final, retiraram esse prazo de 10 dias para a homologação, e lamento muito que tenham feito, porque já é errado que esse processo não seja feito por autodeclaração. Ou seja, os senhores deveriam estipular a regra e as escolas fazerem um termo de compromisso, autodeclarando que estavam cumprindo com as exigências dos senhores.

Bom, não fizeram assim! Fizeram, preferiram desconfiar da boa fé das escolas. Certo. Mas, ao menos poderiam dar um prazo para essa homologação. Então, a minha pergunta vai justamente neste sentido, se existe a possibilidade de colocar esse prazo para os comitês, como estava, inclusive, na redação original da minuta do decreto que os senhores queriam fazer.

Digo isso, também, porque os comitês municipais sem esse prazo, aliado à primazia do início do primeiro, no primeiro dia letivo, me parece que aí pode ser interpretado, uma interpretação possível, é que os comitês irão demorar e empurrar a homologação só para fevereiro e março. Nós não temos garantia nenhuma que será feito antes desse prazo. E se isso for feito só em fevereiro e março, me parece muito ruim, muito negativo e contraproducente.

Então, novamente eu pergunto para o senhor. A possibilidade de estabelecer, conforme minuta que os senhores elaboraram, se é possível estabelecer esse prazo, retomar esse prazo de 10 dias para a homologação.

Também, quero perguntar aqui, o senhor falou que o retorno irá depender de cada escola. Isso me parece um critério muito, demasiado subjetivo. Qual é o critério? Como assim? Não é garantido, então, o retorno? O senhor falou: quem tiver

condições irá retornar, quem tiver espaço físico. Então, o que é isso? Quais são esses critérios objetivos.

Eu gostaria que o senhor me dissesse, objetivamente, quais são esses critérios: qual é a metragem, o que está sendo considerado aqui, para que eu possa entender e poder, como Deputado, também cobrar esse retorno das escolas que tiverem condições. Mas sem critérios objetivos, aí o senhor entrega isso ao campo da subjetividade, o que me parece muito ruim, quando nós estamos tratando de políticas públicas. [Transcrição: Guilherme]

Essas são minhas as minhas duas perguntas, então. Sobre o prazo de homologação, se é possível retornar à ideia original de vocês. E quais são os critérios objetivos para avaliar qual escola, qual colégio deve retornar.

Passo a palavra ao senhor Secretário.

O SR. NATALINO UGGIONI (Secretário de Estado da Educação) - Pois não, Deputado Bruno. O senhor me passa a impressão de que, ou conseguiu visualizar de alguma forma, ou está muito alinhado com que nós estamos defendendo.

Esses pontos que o senhor traz, estão exatamente no texto da portaria. Se o senhor me permite, eu posso até ler essa parte que o senhor se preocupe, e com razão, em relação aos dias de aprovação. Nós temos um dispositivo que diz que, após a apresentação do PlanCon ao comitê municipal, este vai ter até 10 dias para a homologação.

Se a primeira versão precisar de alguns ajustes, após a devolutiva do comitê municipal, mesmo homologado, o estabelecimento de ensino vai ter que reapresentar o plano em até 10 dias. E o estabelecimento de ensino, que ainda não possuir o plano, deve elaborar e tem até 15 dias a contar da publicação desta portaria.

Portanto, é aquilo que eu falei, essa pontaria certamente vai trazer muitos esclarecimentos, como este que o senhor aponta, e nós também vemos a necessidade de estar, lá, devidamente registrado para que gente, justamente, não chegue em

fevereiro, como o senhor bem apontou, com o risco de que alguma escola ou município tenha a alegação de que não deu tempo. Então isso está contemplado no texto da portaria.

Em relação ao retorno, por que a gente falou nessa organização da escola? E aí, evidentemente, que a rede das escolas estaduais, na rede das escolas estaduais, as atividades vão iniciar dia 18 de fevereiro. Agora, nós estamos estabelecendo regramento para todas as escolas, sejam elas municipais ou privadas. E se uma escola da rede privada não conseguiu se organizar para começar no dia 18, ela pode começar na segunda-feira seguinte.

Então, o que nós apontamos é que todas devem trabalhar primando pela retomada segura no primeiro dia do calendário letivo, que nós construímos em conjunto com os municípios, 18 de fevereiro. Mas se a escola entender que precisa e mais dois dias e começar na segunda-feira, a gente dá essa autonomia a ela, desde que ela cumpra as suas responsabilidades.

E o regramento básico é, justamente, o distanciamento entre os estudantes, e ainda o uso de álcool em gel e uso de máscaras. A Deputada Luciane falou, eu acabei não comentando por conta do prazo, nós adquirimos, já enviamos uma quantidade de materiais de proteção para as escolas. E nós estamos recebendo, aqui, um pouco mais de R\$ 5 milhões, que investimos também na compra de mais equipamentos, enfim, máscaras, álcool, álcool em gel, luvas, ou seja, todos os materiais necessários para que tenhamos uma retomada segura.

Basicamente, Deputado Bruno, o ponto de observância em relação ao espaço é justamente o distanciamento entre os estudantes, para que tenhamos essa atividade segura. E esse regramento todo está nessa portaria, como eu falei, que deve ser publicada ainda hoje. Acho que isso responde as suas perguntas, não é?

O SR. DEPUTADO BRUNO SOUZA (Presidente)- Secretário, me perdoe se eu não consigo ler ou acreditar nas intenções da Secretaria, porque

desde sexta-feira para cá eu acompanho o processo 18556/2020, no SGP, e ontem, inclusive, me chocou muito ao saber que tudo que havia sido tratado anteriormente foi desentranhado do processo, apenas para trazer a já elaborada e assinada versão do decreto surpresa 1003/2020.

Então, as minhas perguntas vão justamente nesse sentido, já que o senhor falou que não entendeu o porquê da minha pergunta. É por causa disso, porque eu gosto de, da Secretaria eu quero ler apenas o que é publicado, a partir de agora. As vossas intenções, eu prefiro vê-las materializadas e realizadas para poder interpretá-las.

O PSD tem mais uma questão, Deputada Marlene Fengler.

A SRA. DEPUTADA MARLENE FENGLER - Eu só queria perguntar uma outra coisa, ainda, para finalizar aqui. Eu vi, aqui, que tem em torno de 9 mil professores que fazem parte do grupo de risco. Como o Estado pretende atender a demanda sem esses 9 mil professores? Voltando as aulas, sem dúvida nenhuma, essas 9 mil pessoas vão fazer falta. Alguns vão trabalhar de casa, mas existe, já, uma previsão de contratação de ACTs, ou vão ser admitidos, acho que, os 850 professores que passaram no concurso? Essa é a linha de ação? Como é que o Estado pretende trabalhar essa questão?

O SR. NATALINO UGGIONI (Secretário de Estado da Educação) - Muito bem. Deputado Bruno, antes de responder a Deputada Marlene, eu queria dizer que eu valorizei as suas perguntas. Eu valorizei as suas perguntas e eu tentei dizer-lhe que as suas perguntas estão justamente nesse documento, na portaria. O senhor foi muito assertivo nas perguntas. Eu não disse que o senhor não tinha entendido, eu disse que parece que o senhor antevê a nossa preocupação quando colocamos no texto da portaria. E a ideia, Deputado Bruno, é que o decreto e a portaria passem a ser os documentos orientadores para esclarecer todas as dúvidas da sociedade catarinense em termos da Secretaria da Educação do nosso Estado, certo? O decreto e a

portaria. Suas perguntas foram assertivas e eu, na minha fala, quis valorizá-las.

E Deputada Marlene, é isso mesmo. Nós, claro, antevemos a necessidade de contratarmos mais professores, nós temos aí o chamamento de 804 professores, que estão sendo chamados para o quadro de efetivos. E, na organização das turmas, então, após a enturmação, nós vamos conhecer a necessidade de chamamento de mais profissionais, e aí o faremos na forma de ACTs. É isso mesmo.
[Transcrição: Northon]

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Deputado Bruno, se for possível, eu gostaria de fazer um questionamento.

O SR. DEPUTADO BRUNO SOUZA (Presidente) - Nós temos até às 15 horas, então acredito que sim. Eu passo a palavra ao Deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado, Deputado Bruno. Boa tarde, Secretário, Deputadas e Deputados.

Sim, sobre essa questão da volta às aulas, eu acredito que já foram feitos os questionamentos. O que eu gostaria de saber, Secretário, esse ano os alunos não estiveram em sala de aula, e nós temos inúmeras escolas precisando de melhorias e reformas, inclusive escolas com recursos garantidos, também das emendas parlamentares. A Secretaria da Saúde, ao que tudo indica, ainda tem 15 dias para resolver isso, será a única Secretaria que não vai executar as emendas parlamentares, mesmo as escolas estando fechadas.

Há informação de que foi centralizado os projetos, não conseguem fazer projeto. Qual é a solução que a Secretaria está dando? Isso, inclusive, como eu digo, recurso disponível, as emendas parlamentares disponíveis, e as obras e reformas não sendo executadas, Secretário.

O SR. NATALINO UGGIONI (Secretário de Estado da Educação) - Deputado Neodi Saretta, obrigado pelo seu apontamento. O senhor falou Secretaria da Saúde, não é? Acho que quis dizer Secretaria da Educação.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Perfeito!

O SR. NATALINO UGGIONI (Secretário de Estado da Educação) - De fato, Deputado, este é um ponto que nós temos tratado no âmbito do Governo, o senhor sabe que a Secretaria da Educação não tem engenheiros no seu quadro, e que hoje todos os engenheiros do Governo estão lotados na Secretaria da Infraestrutura.

Em todo o processo nosso, para uma boa contratação, para um bom investimento do recurso público, para termos um ritmo bom no processo de execução, passa obrigatoriamente pelos engenheiros. Os engenheiros são os responsáveis, desde o levantamento inicial, depois na contratação, na fiscalização da obra, nas medições para pagamento. Tudo, absolutamente tudo, passa pelo papel dos engenheiros. E esse tem sido um ponto, nós já discutimos com alguns Deputados, algumas Deputadas, temos apresentado isso, estamos discutindo isso no âmbito do Governo, porque o fato de a Secretaria da Educação não ter um quadro de engenheiros ligados diretamente à pasta é que culmina com esse ponto que o senhor aponta, que a gente acaba não conseguindo dar uma velocidade maior em termos de obras de infraestrutura, e é uma necessidade muito grande que temos em todas as regiões do Estado.

O SR. DEPUTADO BRUNO SOUZA (Presidente) - Muito obrigado, Secretário. Muito obrigado, Deputado.

Secretário, agradeço vossa presença. Agora esclarecido, nós também tivemos ruídos de compreensões aqui. Agradeço a sua participação, mais uma vez, seus esclarecimentos foram muito pontuais e necessários para esta Casa.

Na tradição do Parlamento Britânico, o Primeiro Ministro Britânico vai duas vezes na semana dar esclarecimentos aos Parlamentares. Aqui, nós usamos pouco essa ferramenta, mas ela me parece muito salutar para que nós possamos entender o que passa no Executivo, que é um Poder de igual hierarquia que o Legislativo.

Então, eu lhe agradeço muito pela oportunidade desses esclarecimentos e, dessa forma, a Presidência agradece a presença do senhor

Secretário Natalino que, atendendo a convocação da Assembleia Legislativa, prestou os esclarecimentos solicitados.

Está encerrada a presente sessão.

(Ata sem revisão dos oradores.)

[Transcrição: Roberto] [Revisão: Taquígrafa Sara]